

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Sociais

Globalização, Poder e Sociedade

Cleire Thomaz Palmeira

**A Igreja Universal do Reino de Deus, o espírito neoliberal e a violência estrutural
no Brasil**

SÃO PAULO

2021

Cleire Thomaz Palmeira

**A Igreja Universal do Reino de Deus, o espírito neoliberal e a violência estrutural
no Brasil**

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Globalização, Poder e Sociedade, sob a orientação do Prof. Me. Darlan Praxedes Barboza.

São Paulo

2021

Catálogo-na-Publicação – Biblioteca FESPSP

270.820981

P172i Palmeira, Cleire Thomaz.

A Igreja Universal do Reino de Deus, o espírito neoliberal e a
violência estrutural no Brasil / Cleire Thomaz Palmeira. – 2021.

33 p. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Me. Darlan Praxedes Barboza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Globalização, Poder e Sociedade) – Fundação Escola de Sociologia
e Política de São Paulo.

Inclui bibliografia.

1. Violência. 2. Escravidão. 3. Desigualdade social. 4. Teologia
da prosperidade. 5. Neoliberalismo. I. Barboza, Darlan Praxedes. II.
Título.

CDD 23. : Índice sistemático:

Neopentecostais – Brasil 270.820981

Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Cleire Thomaz Palmeira

A Igreja Universal do Reino de Deus, o espírito neoliberal e a violência estrutural no
Brasil

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Globalização, Poder e Sociedade, sob a orientação do Prof. Me. Darlan Praxedes Barboza.

Data da Aprovação:

_____/_____/_____

Banca Examinadora:

Nome do (a) professor (a), titulação,
Instituição e assinatura.

Nome do (a) professor (a), titulação,
Instituição e assinatura.

RESUMO

Este ensaio pretende analisar a relação existente entre o violento legado da escravidão, que estruturou a formação da sociedade brasileira, e as conexões desta formação histórica particular com o neoliberalismo e a sua face teológica, a “Teologia da Prosperidade”, difundida pela Igreja Universal do Reino de Deus. Serão abordadas questões tais como o racismo, a violência e o patriarcalismo, produtos desse processo histórico, assim como as raízes históricas da desigualdade social, aspecto mais visível desse processo histórico de formação, e a mudança no campo da mentalidade necessária à construção de novos sujeitos políticos, que deixam de pensar em arranjos coletivos para agarrarem-se a um individualismo que os culpabiliza pelo fracasso e faz do fiel evangélico iurdiano um “sócio de Deus” na luta pelo “sucesso”. Para tanto, o presente ensaio se inscreve em uma perspectiva transdisciplinar, dialogando com diferentes áreas do conhecimento, a fim de apreender aspectos decisivos do complexo processo de formação da sociedade e do capitalismo à brasileira, conferindo especial ênfase à contribuição religiosa (o neopentecostalismo) como conformadora de um espírito empreendedor ou, ainda, neoliberal.

Palavras-chave: Violência. Escravidão. Desigualdade Social. Teologia da Prosperidade. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This essay aims to analyze the relationship between the violent legacy of slavery, which structured the formation of Brazilian society, and the connections of this particular historical formation with neoliberalism and its theological face, the “Theology of Prosperity”, disseminated by the Universal Church of the God's Kingdom. Issues such as racism, violence and patriarchy, products of this historical process, will be addressed, as well as the historical roots of social inequality, the most visible aspect of this historical process of formation, and the change in the field of mentality necessary for the construction of new politicians, who stop thinking about collective arrangements to cling to an individualism that blames them for failure and makes the faithful iurdian evangelical a “partner of God” in the struggle for “success”. To this end, the present essay is part of a transdisciplinary perspective, dialoguing with different areas of knowledge, in order to apprehend decisive aspects of the complex process of formation of society and capitalism in Brazil, giving special emphasis to the religious contribution (neo-Pentecostalism) as conforming to an entrepreneurial spirit or, still, neoliberal.

Keywords: Violence. Slavery. Social inequality. Prosperity Theology. Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1- Violência e construção nacional	9
2- Neoliberalismo e Neopentecostalismo: IURD e Teologia da Prosperidade.....	14
3- Edir Macedo e o poder político	25
4. Considerações Finais	29
Referências.....	31

INTRODUÇÃO

O entendimento sobre a sociedade brasileira no século XXI não pode se furtrar à análise de questões estruturais da formação nacional, tampouco não levar em consideração o importante papel que os evangélicos e seus grupos de pressão na atividade econômica e na esfera política exercem hoje na sociedade e no Estado brasileiro. Cabe verificar que a penetração paulatina da fé evangélica e, em particular, da fé neopentecostal, se processou em um terreno em que as continuidades históricas transplantadas pela via da violência para a construção da sociedade moderna, no Brasil, se definiu como regra a partir da montagem da estrutura colonial escravista. Como pretendo mostrar, estas continuidades se apoiaram sobre novas formas de desenvolvimento capitalista, que, originárias do centro avançado do capitalismo, penetraram no país através de governos neoliberais, que abriram as portas para um novo modelo econômico e que impôs novas demandas sociais ajustadas às novas demandas psíquicas necessárias à reprodução do capitalismo em seu formato mais selvagem, predatório e com características profundamente antissociais.

A fim de evidenciar os mecanismos desse novo modelo do capital e da produção da sociedade neoliberal no Brasil e suas afinidades eletivas com o neopentecostalismo, este texto se deterá sobre crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus, a IURD, no contexto de uma sociedade, que, habituada à violência estrutural e cotidiana, tenta sobreviver a esse novo modelo econômico, que dilui os vínculos da coletividade e transforma as conquistas coletivas em individuais segundo a imposição de uma lógica pragmática, individualista e competitiva, que desafia a sociedade brasileira e a interroga acerca dos desafios postos a um novo projeto de transformação social e política que objetive recriar os vínculos de solidariedade e de sociabilidade necessários à uma sociedade que pretende ser civilizada, justa e segura para o conjunto de sua população, particularmente para os setores historicamente excluídos e mais vulneráveis à violência que atravessa e ainda marca nossa formação social. A ideologia neoliberal, que penetrou na sociedade brasileira nas últimas décadas, aprofundando sua histórica desigualdade, encontrou sua forma teológica e, nesse encontro, produziu a subjetividade, os traços comportamentais ou a mentalidade adequada para a manutenção de privilégios e o desmonte de direitos sociais conquistados pelas lutas populares. A violência engendrada pelas classes proprietárias brasileiras, que encontrou amparo na construção do Estado

nacional, e que está no cerne da estruturação das classes sociais no país e na conformação da ideologia da classe dominante, forjada e sustentada historicamente no escravismo, afetou – e continua a afetar – as camadas negras e pobres. No bojo dessa estrutura violenta, hierárquica, estamental, patriarcal e clientelista o discurso religioso foi sendo generalizado e internalizado, voltando-se para a sociedade sob outras formas de violência e fazendo do discurso uma guerra do “bem” contra o “mal”.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, procuro reconstruir a violência estrutural que caracteriza o Brasil e que, certamente, remonta ao escravismo como a perversidade e o principal legado de nossa formação histórica. Na segunda, busco mostrar as conexões ou as afinidades eletivas entre os princípios morais difundidos pela Igreja Universal do Reino de Deus e o espírito econômico do neoliberalismo. Por último, concentro-me na liderança de Edir Macedo, o arquiteto do império iurdiano, e seu projeto de poder a fim de apontar as diretrizes gerais de sua estratégia política e de poder, envolvendo, inclusive, sua presença no campo midiático. Ao ligar essas pontas, na conclusão, pretendo lançar luz sobre as condições históricas e sociais existentes no Brasil e que serviram de esteio e ponto de acomodação ao neopentecostalismo iurdiano e à lógica neoliberal.

1- Violência e construção nacional

Hoje, no começo da terceira década do século XXI, o Brasil encontra-se em um turbilhão de acontecimentos. Antigos problemas econômicos, políticos e sociais são agravados por uma epidemia que assola o país, e que já ultrapassou a marca de *400 mil óbitos*. As falas de descaso com a morte, vindas do governo federal, controlado por um governo de extrema direita, já se tornaram recorrentes nos telejornais e nas mídias sociais. Após mais de um ano da pandemia, que iniciou no Brasil oficialmente no final de fevereiro de 2020 com o registro do primeiro caso, a população acabou, como uma forma de autopreservação, por naturalizar as mortes ocorridas, em grande medida pela inércia e descaso dos setores reacionários no controle da máquina política federal – não obstante os esforços enormes particularmente dos servidores ligados aos serviços de saúde e dos funcionários públicos de modo geral.

Esse tipo de violência, que está sendo enfrentado pela população brasileira, e que vem afetando especialmente os setores mais vulneráveis da população (pobres, mulheres e afrodescendentes), soma-se aos processos estruturais de violência que o país carrega em sua própria constituição histórica e que transparece no número de homicídios, da ordem de dezenas de milhares todos os anos, na violência contra a mulher e as crianças, os idosos e, vale observar, contra as próprias forças policiais. Violência que invade, também, as comunidades pobres e que se expressa, dentre outras formas, nos tiroteios que atingem recorrentemente as negras e os negros das favelas e periferias das grandes capitais. Mas não é apenas no século XXI que estes índices de violência se mostram espantosos e desafiadores para a sociedade brasileira. Ao retrocedermos para outros períodos históricos, verificamos que a violência no Brasil se deu de várias formas desde o início de sua constituição e adquiriu um caráter cada vez mais sistemático, embora continue a devastar os mesmos setores marginalizados e excluídos. E, como mostrarei nos parágrafos abaixo, esse processo transcorreu através de mecanismos de exclusão social instituídos por um processo de colonização violento e por uma estrutura escravista, que dará as bases para a formação da sociedade e de uma sociabilidade tipicamente violenta que nos caracteriza como sociedade.

Durante muito tempo o Brasil carregou a fama de ser um país acolhedor, alegre e feliz, com um povo hospitaleiro, receptivo aos estrangeiros, tratando-os com intimidade e gentileza, e onde a mistura étnica se fazia harmoniosa e sem hierarquias rígidas. Essa

imagem, que foi produzida para fora, e foi incorporada e vendida pelas classes dominantes brasileiras como o símbolo e o imaginário de uma nação democrática, plural e integradora, fazia com que as elites desejosas de uma imagem que as credenciassem positivamente para o resto do mundo tornassem autoconsciência aquilo que o historiador Sergio Buarque de Holanda chamou de “bovarismo”, um desencanto diante daquilo que realmente era a sociedade brasileira. Essa esquizofrenia entre o querer ser e a realidade, marca de raiz de toda a formação da identidade nacional brasileira, trouxe contradições irreparáveis que tentaram ser remediadas por expressões politicamente corretas, mas que, ao se acirrare as chagas, as contradições, os dilemas, a configuração atípica entre atraso e progresso, entre escravismo e liberalismo, entre a colônia e a Europa, não acertando as contas com o próprio passado, terminou por constituir uma sociedade ambígua, denominada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (2003) de “ornitorrinco”.

A história nos conta que, desde o povoamento do que viria a ser o Brasil, a violência foi o cimento que deu a liga para a constituição do país. Nas terras brasílicas, era praxe aprisionar, espoliar, escravizar e aniquilar, pelas armas ou pelas doenças, indígenas e negros. É esse o tecido anticivilizacional que proporcionou “as bases sobre as quais se edificou a sociedade e a cultura brasileira” (RIBEIRO, p. 59, 2015). Contudo, ainda estava por ser criada a espinha dorsal da linguagem e prática sistemática de desprezo à dignidade humana assentada sobre um conjunto de “inovações” jurídicas, que destoaram para os propósitos do novo sistema escravista com os códigos jurídicos e direitos humanos que presidiam o mundo ocidental desde pelo menos a Revolução Francesa. A escravidão de seres humanos e a sua conversão em bem material, ou seja, a sua coisificação, trazia acoplada um discurso religioso, que contribuiu para fazer do trabalho forçado uma atividade disciplinadora e “redentora” da alma de povos vistos como não-humanos, objetos, coisas, mercadorias, indignos, desalmados, originariamente pecadores e, portanto, necessitados de salvação. O catolicismo, religião hegemônica, era o bastião do “bem” e via nas religiões africanas a propagação do “mal”, da bestialidade, do paganismo, de perversidades sexuais, de práticas desumanas, como pensavam (ALENCASTRO, 2000). Além de todo o processo de conversão nas missões jesuíticas, principalmente, também os capuchinhos e inacianos, que exterminaram as culturas indígenas e impuseram uma nova forma de estar, pensar e crer. É simbólico desse processo o Código Penal de 1890, que procurou “enquadrar as religiões dos negros, geralmente tidas como feitiçaria, bem como manifestações da religiosidade das camadas populares, agora potencialmente mais perigosas, por que engrossadas por milhões de

negros livres” (DANTAS, 1984 apud OLIVEIRA, 2014). O comércio escravagista se fortaleceu à custa do holocausto de etnias africanas para alimentar uma restringida classe proprietária luso-brasílica, depois brasileira, através de um processo produtivo baseado na exportação de *commodities*, grandes plantações (*plantation*), monocultura e trabalho escravo. Para os que sobreviviam à brutal violência que caracterizava o processo de conversão ou imposição do regime de trabalho forçado, que ia da captura, venda, transporte para os portos negreiros no Continente Negro, embarque, travessia oceânica, nova venda, aclimatação e adaptação aos novos rigores do trabalho escravo, e que implicava os processos de dessocialização e despersonalização, o trabalho era árduo. E para auxiliar os senhores nesta disciplina havia manuais, modelos na aplicação de punições, que didaticamente ensinavam os fazendeiros a converter o africano em trabalhador obediente, ou seja, em escravizado. É através dos vários modelos punitivos que se construiu no Brasil uma “arqueologia da violência” (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

(...) a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 96)

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), muito criticado por difundir a ideologia romantizada da “democracia racial”, termo cunhado pelo antropólogo Artur Ramos (1903-1949), deixou-nos como herança o “bovarismo nacional” e, também, contribuiu para dourar um período e determinadas relações que nos constituíram como um povo violentado, explorado e escravizado, passado esse que ficou adormecido. Como disse o historiador e intérprete do Brasil Sergio Buarque de Holanda (2014), esse “mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos”.

A cor e a raça, marcadores da diferença muito estudados hoje pelas ciências sociais, foram fundamentais no período escravocrata e foram cravados tão profundamente que penetraram nos corações e nas mentes de várias gerações e, passados mais de 130 anos da abolição da escravatura, em 1888, ainda se fazem sentir. “Cabras”, “morenas”, “pardas”, “pessoas de cor”, dentre tantas outras designações de difundido emprego, definiam sua origem e sua posição na sociedade. Na cartela de cores, os privilegiados eram as pessoas de “pela clara”, e, como hoje, segundo dados da *PNAD Contínua 2017*,

os definidos como pardos têm uma pequena vantagem sobre os negros de pele retinta e têm oportunidades de mobilidade relativamente maior na sociedade, além de disporem de uma renda um pouco mais elevada e ficarem menos tempo desocupados no mercado de trabalho e sujeitos a relações de trabalho precarizadas e/ou informais. Na hierarquia das cores no Brasil, quanto mais branco melhor.

No decurso da sociedade escravocrata brasileira, paulatinamente os africanos e seus descendentes foram se associando à escravidão. Uma instituição tão perversa que mesmo um negro liberto, caso conseguisse sua alforria, comprava seus próprios escravos. Isso dava a ele um *status*, um diferencial, que o classificava em meio à sociedade branca, dava-lhe prestígio, elevava-o ao lugar de cidadão, de humano. Não obstante, todos os que podiam compravam a sua “peça”, como eram negociados os escravos, considerados “bens semoventes”. Tais “peças” nunca aceitaram de bom grado a escravidão compulsória e reagiram, quando e das formas que podiam, à violência, o que gerava mais violência de parte dos escravistas. Padre Antonil, um dos viajantes e cronistas que radiografaram a sociedade colonial brasileira, definia a colônia como o “inferno dos negros”. Segundo Schwarcz e Starling, “se na época da escravidão indivíduos negros trafegando soltos eram presos “por suspeita de escravos”, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem” (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Quando a Lei Áurea foi publicada, em 1888, não determinou nenhuma integração desta população à sociedade e a exclusão social, como já se podia prever, cresceu no período republicano. O Estado, permeado por toda a influência de seu recente passado escravista, não promoveu nenhuma política para mudar esta situação e ainda hoje se discute se é correto ou não o uso das cotas raciais, aprovadas em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo diante da evidência dos excelentes resultados quanto à melhoria na qualidade de vida dos negros e, até mesmo, do impacto positivo nas universidades públicas com a maior diversidade racial. Mas o racismo é tão fortemente institucionalizado que mesmo os avanços ocorridos são questionados e ameaçados pelo conservador – e branco – no poder. Mesmo possuindo o Brasil a segunda maior população afrodescendente fora da África, e ser esta cerca de 56% da população brasileira, o país ainda mantém uma ideologia que luta para perpetuar o privilégio branco na sociedade.

Assim como o racismo e a violência estão intrinsecamente ligados à escravidão, o patriarcalismo brasileiro tem sua origem no nordeste açucareiro. A figura do senhor de engenho foi se moldando a de pai protetor e disciplinador. Eram os “homens cordiais” (HOLANDA, 2014), a autoridade máxima na hierarquia de poder. Seus descendentes

possuíam funções específicas: a dos homens era perpetuar o poder; e a das mulheres, em segundo plano, era a de formar alianças, através do casamento, com as famílias de outros senhores locais. Para Lilia Schwarcz (2019), como também para o sociólogo Jessé Souza (2019), esta é a formação básica das elites brasileiras, assim como das elites políticas do país nos dias de hoje. O patriarcalismo e o patrimonialismo estão enraizados nessas elites, como prova a não separação entre o público e o privado, fazendo da máquina pública uma extensão de suas casas.

O problema é que este comportamento senhorial de base patriarcal se espalhou por toda a sociedade brasileira. De fato, cada um em sua escala social define a hierarquia de mando, raiz do “jeitinho brasileiro”, que dificulta a seguir a lei e as regras pré-estabelecidas – “você sabe com quem está falando?” –, marcando o lugar da pessoa nesta hierarquia de poder, separando os indivíduos “sujeitos à lei”, daqueles “para os quais os códigos seriam formulações distantes e até irrelevantes” (SCHWARCZ, 2019).

Dada essa estrutura de hábitos e costumes profundamente arraigados na sociabilidade brasileira, entre dominantes e dominados, é perpetuada a gigante desigualdade social e a gritante violência no país. Esta última se manifesta na estruturação e distribuição dos serviços públicos de saúde, no saneamento básico, na educação, na habitação e, sobretudo, de forma contundente, nas mortes violentas que acometem grande parcela dos mais pobres e negros no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país é atravessado por uma violência epidêmica, aquela que supera dez homicídios por 100 mil habitantes. Chegamos (o país), também, em 2008, à marca de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, entre 15 e 29 anos, que compõem 53,3% do total de homicídios do país, conforme concluiu o *Atlas da Violência 2020*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA. O relatório também evidencia o racismo estrutural, apontando que para cada pessoa não negra assassinada 2,7 negros foram mortos. Eles representam 75,7% das vítimas.

Segundo o IBGE (PNAD 2019), 56,2% da população se declarou de cor preta e parda, entre eles, 70% estava abaixo da linha da pobreza. Neste quadro, as mulheres negras e pardas se destacam entre os pobres: eram 28,7% da população, dentre os quais 39,8% extremamente pobres e 38,1% pobres. Todos os índices (empregabilidade, vulnerabilidade social e escolaridade) denunciam a desigualdade histórica que reproduz a violência e estabelece uma conduta definidora de quem pode morrer, aqueles que não são cidadãos e, portanto, não possuem direitos. Aceita-se, dessa maneira, um Estado de exceção silencioso, ou seja, não se assume como tal, mas que opera com eficiência nessa

direção, assim a morte torna-se uma política de controle social, como, aliás, vem comprovando a pandemia do Covid-19.

É neste quadro que a sociedade brasileira se construiu e caminha. Para largas faixas dos historicamente oprimidos, a fé se torna cada vez mais a tábua de salvação na busca pela sobrevivência cotidiana, onde o Estado é totalmente ausente. Porém, são vividos pela sociedade novos valores e necessidades e, para atendê-los, o neopentecostalismo, a Teologia da Prosperidade, e a Universal do Reino de Deus em especial, vem se mostrando capaz de responder aos anseios despertados nessa nova conjuntura de aprofundamento do neoliberalismo. Estruturando um novo modo de conceber a fé e a prática religiosa, essa teologia alimentará a demonização das religiões afro-brasileiras em um conservadorismo ativo e reforçará o patriarcado, porém com certos ajustes e mediações. Possuindo cerca de um milhão e oitocentos mil fiéis e cerca de seis mil igrejas no Brasil, segundo dados do IBGE/2010, a Igreja Universal difundiu a Teologia da Prosperidade e se tornou a face teológica de um sistema econômico que impõe os valores mais agressivos do neoliberalismo à uma sociedade estruturalmente violenta e caracterizada por elevados níveis de desigualdade social.

2- Neoliberalismo e Neopentecostalismo: IURD e Teologia da Prosperidade

Na década de 1990, a nova agenda política e econômica neoliberal teve início com a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais e a redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através dos processos de privatizações e desregulamentações de variados setores da economia nacional, que foram estruturados no ciclo do nacional-desenvolvimentismo e da industrialização brasileira, entre as décadas de 1930 e 1980¹. Quanto ao mercado de trabalho, por vários fatores, houve a redução de trabalhadores no mercado formal e, conseqüentemente, o aumento da informalidade.

Nesse momento, a sociedade brasileira encontrava-se, por um lado, vivendo uma efervescência e o reencantamento da política com a redemocratização do país, após um longo período no qual a ditadura militar dominou a cena política e econômica, mas, por

¹Ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1988.

outro lado, estava mais desigual, superendividada e defrontando-se com uma inflação galopante. Segundo o economista Waldir Quadros, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (CESIT/IE), em estudo realizado em 2003, a desocupação atingia mais intensamente as massas urbanas (classe média baixa, operários, empregadas domésticas etc.), que encontravam uma grande dificuldade para voltar ao mercado de trabalho, e uma juventude que estava iniciando sua participação neste mercado.

A adoção da política econômica neoliberal, contudo, produziu espaços ainda mais violentos, que, delineados pelo aprofundamento da concentração de capital, aumentou a desigualdade social, a exclusão, a precarização da vida e o medo constante da falta de emprego, tornando a coerção policial mais violenta nas regiões periféricas das capitais. Mais uma vez, esse processo abateu-se com maior intensidade contra os negros e pobres. E é a partir do aparelho de Estado coercitivo que “consolidou-se na sociedade civil um modelo hegemônico e que incorporou na sua dimensão ideológica a referência permanente ao uso da violência como determinante na manutenção do consenso” (ALVES, 2002).

A hegemonia neoliberal, cujos centros propagadores foram a Inglaterra, de Margareth Thatcher, e os Estados Unidos, de Ronald Reagan, utilizou-se de um método de persuasão eficaz para penetrar na sociedade brasileira. Em *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, de 2020, Safatle, Junior e Dunker explicam que, “(...) mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social. (...) já dizia Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma” (SAFATLE, 2020). E como isso foi possível? Acoplando valores morais à economia, que eram constantemente mobilizados para justificar intervenções nos campos da economia e da sociedade. O próprio termo “austeridade”, para Safatle, vem da filosofia moral e posicionar-se contrário à sua ética tornou-se não apenas um desrespeito, mas passaria a significar a incapacidade de ser responsável no plano da gestão dos recursos públicos. Tal incapacidade se daria não só no âmbito do Estado, mas também na vida dos indivíduos, que deveriam parar de procurar “proteção” no Estado e assumir as suas responsabilidades perante a vida. Assim, o discurso político de exploração, equidade e lutas sociais, é suplantado pelo discurso da economia moral que utiliza-se de termos como “medo”, “inveja”, “frustração” e “esperança”, assim como uma perpétua escassez.

À medida que o discurso neoliberal foi penetrando na sociedade e tornando-se hegemônico, os indivíduos e as organizações que se colocavam contra ele foram

reprimidos violentamente. A liberdade valorizada se ligava a ação de “empreender”, possuir bens e consumir, condenando qualquer reação aos novos valores e práticas assentadas na máxima do mercado como inimigos do Estado e da nação. Os interesses individuais, desta forma, se sobrepuseram aos interesses coletivos, através de uma “despolitização radical da sociedade”, tornando a economia um poder soberano “provido de uma violência propriamente soberana” (SAFATLE, 2020). O objetivo, como já expressava o filósofo Michael Foucault², era fazer da sociedade um modelo empresarial e transformar todos os indivíduos em “empresários de si mesmos”, ou seja, seres que se autoadministravam, racionalizando seus desejos e suas vontades e tornando a competição uma forma de relacionamento que exclui a solidariedade do conjunto social.

No Brasil, país de altos níveis de desigualdade social, atravessado pelo racismo estrutural e pelos altos níveis de violência, os novos ares que surgiram com a redemocratização e a onda de reivindicações cidadãs que desembocaram na Constituição de 1988, forjada a duras penas pelos novos movimentos sociais, não permitiram analisar criticamente os ideários neoliberais que entravam no país. Mas, seguindo a lógica da economia moral, novos instrumentos ideológicos começaram a ser gestados e viriam, no futuro, a minar a categoria “trabalhador” e sua forma de luta coletiva, engendrando uma nova forma de se pensar quanto ser social. É neste novo contexto, social e político, que surgiu a categoria de “empreendedor” e “empreendedorismo” como instrumentos de enriquecimento e consequente mudança de vida e, junto a ele, o discurso meritocrático que vincula ao imaginário do “sucesso” o trabalho árduo e o empenho individual e dedicação.

A socióloga Diana Lima (2007) explica que, ainda no período ditatorial, entre 1964 e 1985, o jornalismo econômico ganhava mais espaço nas páginas dos jornais, com a impossibilidade de crítica política, e dava destaque a esse novo vocabulário. Mas é no fim do regime militar que começou a ganhar força a utilização do vocabulário comumente utilizado nas empresas, assim como nos manuais de autoajuda. Com fórmulas prontas para o sucesso financeiro, eles fluíam nas páginas dos jornais e nos noticiários de TV. Na década de 1990, surge na sociedade uma classe emergente, que, segundo a ideologia que ganhava cada vez maior espaço, eram os “corajosos”, aqueles que teriam empreendido e “vencido” na vida, os novos ricos, que passaram a aparecer continuamente em veículos,

². VER SAFATLE, 2020

tais como a *Revista Caras*, que os postava em grandes mansões ou festas luxuosas esbanjando riquezas e felicidade e evidenciando seu sucesso social.

(...) a ideia de que o "sucesso" – corolário de riqueza material e celebridade – está ao alcance de todos os indivíduos que dispuserem de iniciativa, espírito empreendedor, coragem e perseverança para trabalhar competitivamente, irrompe ostensivamente nos periódicos, conotada com grande positividade (LIMA, 2007).

Esse conjunto de valores cultivados pela ideologia neoliberal criou a noção de “sucesso empresarial”, com grande ênfase no consumo, atingindo as subjetividades de todas as classes sociais, inclusive daquelas que mais necessitavam do amparo estatal. A população econômica e socialmente menos favorecida, que no Brasil é majoritariamente composta por pretos e pardos, com destaque para as mulheres, que já possuíam grande dificuldade em conseguir trabalho – quando se inseria no mercado formal, através de subcontratação ou da terceirização, recebiam baixos salários, menos benefícios sociais e eram submetidas a longas jornadas diárias. Foi nesses setores sociais que aconteceu a internalização de um discurso menos voltado para as políticas públicas e mais focado nas conquistas individuais, e, assim, transformava-se a própria definição de “sujeito político” tornando o Estado protetor do “direito privado” (DARDOT e LAVAL, 2014).

Este mecanismo que se formava para dar conta das transformações econômicas vinculadas às dinâmicas do capital, no Brasil, criará seus mecanismos e suas próprias redes de interação. E foi neste caminho que o neoliberalismo em curso encontrou a sua forma teológica, a “Teologia da Prosperidade”, como se convencionou chamar em oposição à “Teologia da Libertação”, tornando-se a “cara e a coroa” de um sistema capitalista e antidemocrático. Esta teologia, difundida por evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus, na década de 1990, no bojo deste novo conjunto de valores vigentes, teve um crescimento anual de 25,7% na sociedade brasileira e seguiu em uma dinâmica ascendente nas últimas décadas. Para o sociólogo Ricardo Mariano (2004),

(...) as igrejas pentecostais souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, os contextos socioeconômico, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil. Nesse sentido, cabe destacar, em especial, a agudização das crises social e econômica, o aumento do desemprego, o recrudescimento da violência e da criminalidade, o enfraquecimento da Igreja Católica, a liberdade e o pluralismo religiosos, a abertura política e a redemocratização do Brasil, a rápida difusão dos meios de comunicação de massa.

O neopentecostalismo, vertente da terceira onda do pentecostalismo clássico, surgiu no Brasil na década de 1970, sendo as principais representações a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, de 1976, surgida em Goiás; a Igreja Internacional da Graça de Deus, de 1980, com sede no Rio de Janeiro; e a Renascer em Cristo, de 1986, que teve origem em São Paulo (MARIANO, 2004). Ele, o neopentecostalismo, é uma manifestação religiosa que abarcou o seu tempo, germinando a passos largos: “(...) com todos os seus matizes, representa a vocalização de um *ethos* popular cultivado silenciosamente durante décadas de desamparo político e legal por parte do conjunto mais amplo da sociedade brasileira” (ANTONIA E LAHUERTA, 2014). E, dentre essas igrejas, a Universal é a que mais cresceu (dentro e fora do país) e, no plano propriamente das modalidades de crença e ritual religioso, a que mais se aproxima das práticas comportamentais menos rígidas, pois suprimiu o ascetismo e boa parte do sectarismo das pentecostais tradicionais. No entanto, já no âmbito dos valores e da regulamentação da vida de seus fiéis, não renunciou à proibição ao uso de drogas, lícitas ou ilícitas, ao sexo fora do casamento e a crítica à homossexualidade.

Dirigida pelo bispo e empresário Edir Macedo, a IURD, com seus inúmeros pastores e programas de televangelismo, se especializou em “serviços mágico-religiosos” (MARIANO, 2004), que prometem a prosperidade material, além de ajuda para os problemas afetivos, conjugais e financeiros. O seu público se concentra nas zonas urbanas e é majoritariamente dos estratos mais baixos da pirâmide social e os que são fortemente atingidos por políticas de austeridade e de cunho punitivista relacionadas à segurança pública. Dados do censo de 2010, realizado pelo IBGE, informam que 67,3% da renda familiar dos fiéis da Universal é de até um salário-mínimo e 28% de um a três salários-mínimos. Contudo, a Igreja se mantém fortemente através do dízimo, que é religiosamente enfatizado nos cultos – a mensagem transmitida é “quem não paga o dízimo, rouba a Deus” (MARIANO, 2004), sendo também um sinal de pouca fé. Com grande empenho dos pastores, a IURD destaca-se na arrecadação financeira quando comparada a outras denominações pentecostais (MARIANO, 2004).

A “Teologia da Prosperidade”, base da IURD, é uma doutrina cristã que evoca a tese da “Teoria da Retribuição”, contida no Antigo Testamento³, e canoniza os valores contemporâneos neoliberais. Segundo esta doutrina, o ato de fé, demonstrado através de

³Gianfranco Ravasi. “A Teologia da Prosperidade”. Il Sole 24 ore, 2019. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590959-a-teologia-da-prosperidade>. Acesso em 22 Mar.2021.

contribuições financeiras à Igreja, é recompensado com o sucesso (material, em geral), bem-estar, saúde e prosperidade, recebida, necessariamente, nesta vida. E “cumpre importante papel no reforço da convicção pastoral de que a obtenção de lucro no desempenho das atividades denominacionais (...) não constitui problema ético ou religioso” (MARIANO, 2003).

Alicerçada em interpretações de textos bíblicos, a Teologia da Prosperidade prega a prosperidade como um direito individual e de responsabilidade exclusiva do fiel. Ter sucesso é estar na direção certa, mas pedir ou suplicar a Deus são atitudes reprováveis. O fiel deve determinar, exigir, reivindicar, em nome de Jesus, para tomar posse das bênçãos a que têm direito (MARIANO *apud* ANTONIO E LAHUERTA, 2014) tornando-se assim, não um devoto seguidor, mas um “sócio” de Deus. Constatase tal apreço ao “Sucesso” como distinção e reconhecimento social e divino em mensagens que aparecem constantemente no sítio da IURD na rede mundial de computadores e servem como baliza para a luta nas conquistas materiais, colocando o sucesso e a prosperidade como metas a serem alcançadas na vida terrena, utilizando-se fartamente da linguagem tipicamente empresarial.

Seja corajoso: A força de Davi era mental e espiritual, seja forte frente aos problemas e destemido. No mundo dos negócios, quem não tem coragem não sai do lugar;

Seja um homem de guerra: Uma pessoa de guerra não é acomodada, não desiste facilmente, é competitiva. Não adianta sonhar se você não for à luta para vencer;

Transmita segurança ao falar: Davi transmitia segurança quando falava. Seja seguro, firme e acredite nas suas palavras;

Com a força de Deus: Davi sabia que sua força vinha de Deus. De nada adianta ser forte e destemido, sem Deus. Fortaleça sua conexão espiritual;

Seja gentil: Seja carismático e simpático. Se você for “marrento”, vai viver de bolso vazio, sem prosperidade nem liderança;

Quer aprender a enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho e se tornar uma pessoa vencedora? Então, não perca o Congresso Para o Sucesso, que acontece às segundas-feiras, no Templo de Salomão⁴.

Diana Lima (2007) traz relatos de como o dinheiro é um objeto fundamental nas chamadas “Reuniões Empresariais”, que ocorrem em todos os templos da IURD e que duram cerca de duas horas. Nelas, a “prédica do bispo (ou do pastor) é explicitamente dedicada ao tema do dinheiro. Nessas ocasiões, não se fala apenas do dinheiro a ser doado à Igreja pelos fiéis, mas também do dinheiro que se pode conquistar através da fé” (LIMA,

⁴Igreja Universal do Reino de Deus. O quadripé do sucesso. Bispo Edson Costa. Disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/o-quadripe-do-sucesso/>

2007). Sendo assim, o ponto central do elemento religioso neopentecostal, a Teologia da Prosperidade, promoverá uma forte inversão de valores no sistema axiológico do pentecostalismo, entronizando os pressupostos individualistas e meritocráticos, negociando a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade e poder terrenos.

Se, como afirma Safatle (JUNIOR E DUNKER, 2020), o neoliberalismo é mais do que um sistema econômico, é uma “engenharia social” e o desejo dessa ideologia é transformar toda a sociedade em indivíduos empresários de si mesmos, pode-se dizer que a Igreja Universal é um grande instrumento de propagação desta ideologia, pois é religiosamente disseminada em seus cultos, em sua emissora de TV, nas rádios evangélicas iurdianas e em veículos de mídia *online*. E, para tanto, o “demônio” volta à cena como o grande mal a ser combatido na terra, e utilizando-se de práticas consagradas na umbanda e no candomblé, a IURD inverte os sinais realizando ritos tais como o “fechamento de corpo”, retirada de “encostos” e “mau-olhado” com galhos de arruda, água benta e sal grosso (MARIANO, 2004), na crença de libertar o fiel do mal que o impede de prosperar. Contudo, traz novamente à baila a intolerância religiosa e os atos de violência acoplados a ela.

O ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidora dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, como querem alguns estudiosos, parece ser uma espécie de estratégia à la “cavalo de Troia” às avessas. Combate-se essas religiões na tentativa de monopolizar seus principais bens de mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal. Em posse destes é possível partir para ataques às outras denominações cristãs com maiores chances de vitória (SILVA, 2012, p. 220-221, *apud* CAMPOS e KOURYH).

Caso seja esse o objetivo da IURD, estabelecer nova hegemonia de poder religioso, o que novamente ocorre é a destituição de elementos da cultura africana e a minimização de questões raciais históricas, tornando o problema uma questão, apenas, religiosa, afinal, a IURD disputa fiéis em um vasto “mercado religioso” e em uma “sociedade marcada pelo aspecto itinerante da fé e da experiência religiosa individual dos cristãos evangélicos brasileiros” (ORO E TADVALD, 2018), tendo como elemento central a recusa pela “vitimização”, como costumam nomear a percepção das desigualdades sociais e raciais e seu impacto na vida dos fiéis.

O Brasil foi o país que registrou o maior crescimento da população evangélica nos últimos anos e esta expansão está realmente desafiando a hegemonia católica no país.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os católicos deverão representar menos da metade da população brasileira em 2022, e, da população evangélica, cerca de 1.800.000 são “iurdianos”, como eles costumam ser chamados e se auto identificam, concentrados em sua maioria nos espaços urbanos da cidade e zonas de maior vulnerabilidade social (TEIXEIRA, 2018). Esse crescimento evangélico passou a refletir-se fortemente no campo da política, onde estão muito atuantes. Com o crescimento da chamada bancada evangélica, esses setores foram decisivos nas eleições de 2018 ao contribuírem para eleger Jair Bolsonaro para Presidente da República e ratificarem, embora não consensualmente e sem disputas internas, uma política neoliberal e a pauta conservadora de cunho moral como, por exemplo, a proibição de discussões nas escolas sobre questões de gênero e sexualidade.

A ideia de sucesso empresarial, que se difunde pela sociedade da economia de mercado, associa o trabalho assalariado à uma âncora que irá prendê-lo (o fiel) à uma vida de exploração, poucos prazeres e muita humilhação (LIMA, 2007). A necessidade de mudar o próprio destino se transfere do campo das lutas sociais para o campo dos projetos pessoais. Empreender é visto como a única saída para uma vida melhor uma vez que mudar o próprio destino é algo que está ao alcance das pessoas e Deus proverá se o indivíduo for um fiel batalhador. Por isso, a pesquisadora Diana Lima percebeu que as ideias de “ingenuidade” e “manipulação”, que costumam ser direcionadas aos fiéis e às instituições religiosas, não se confirmam. Nos depoimentos obtidos com os fiéis, ela constatou o aparecimento de palavras tais como “escolha” e “decisão” como pressupostos para seguir batalhando em sua superação financeira. E a melhora que se obtém neste campo é reconhecida como o resultado da “entrada na fé” do indivíduo e na atitude tomada depois de seguir os ensinamentos da igreja (LIMA, 2007).

O que vai ocorrendo, à medida que a política da prosperidade vai sendo difundida, é uma “modelagem dos sujeitos” (TEIXEIRA, 2018) através de vários programas criados pela IURD, como o *Goldllywood*, que ajuda a mulher a “tornar-se mulher” e o *Intelimen*, que ajuda o homem a “tornar-se homem” para que todos alcancem a vida em abundância. Esses programas constroem técnicas de diferenciação dos gêneros masculino e feminino, explicando que existem diferenças e que elas precisam ser entendidas para que se chegue à plenitude e prosperidade. Como mulher, aprende-se que ela é o centro da vida familiar e, dentre outras coisas, como uma mulher deve habitar uma casa, como fazer os trabalhos domésticos, ser organizada e administrar as despesas do lar, tornando-se mais feminina. Para Cristiane Cardoso, filha de Edir Macedo, “os homens são diferentes de nós, eles

foram feitos para se concentrar e conquistar”⁵. Ainda de acordo com ela, as mulheres fazem isso, mas não devem se comparar aos homens pois elas são as “rainhas do lar”.

“Construir-se como um sujeito de gênero é um imperativo para existir como indivíduo moderno” (TEIXEIRA, 2018). Portanto, outra forma de interpretar a questão de gênero está fora da doutrina da fé evangélica. O patriarcado, nesse contexto, é ratificado com ares de modernidade e as lutas feministas históricas vão sendo enfraquecidas por teorias que valorizam a mulher, por um lado, mas que ainda a deixa assumindo tarefas específicas e em um lugar de subalternidade na escala social. Para Edir Macedo, o homem deve ser “o cabeça”. Por isso, a mulher não deve estudar e ter um grau de conhecimento elevado, pois se ela for “a cabeça” não servirá a “vontade de Deus” e o seu casamento estará fadado ao fracasso⁶. Nessa toada, o “sujeito da prosperidade” só aparecerá através dos conceitos de família, reprodução e casamento, aprendidos pelo conjunto de técnicas que a Igreja Universal oferece em seus inúmeros projetos sociais. Mesmo os projetos de assistência às mulheres vítimas de violência, as colocam nesta mesma categoria subalterna. A ajuda familiar se concentra no entendimento que o homem deve ter a respeito do papel da mulher⁷ (como sua auxiliar) no núcleo familiar, derivando daí todo o seu respeito.

Um outro ponto, que coloca a Teologia da Prosperidade da IURD em destaque e em harmonia com os postulados neoliberais, relaciona-se à administração da gestão familiar e o controle populacional. Essa ideia vincula a liberdade e a autonomia da mulher para optar pelo aborto ao controle de pobreza, à violência e desigualdade social. E por que em harmonia com as políticas neoliberais? Ela desvincula a responsabilidade do Estado quanto as políticas redistributivas e ajuda a enfraquecer os direitos sociais, voltando-se até mesmo contra políticas públicas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, em nome de uma ideia de controle populacional. Afinal, os gestores de si devem organizar a sua vida financeira, assumir suas responsabilidades e gerir individualmente, como em uma empresa, a sua vida familiar, sem precisar da ajuda

⁵Cristiane Cardoso, 2011, p. 109, *apud* TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: O governo de si e as políticas de gênero na Igreja Universal*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

⁶MACEDO, Edir. Igreja Universal. Culto realizado no Templo de Salomão. Disponibilizado por Izaque Martins, <https://www.youtube.com/watch?v=EZs59KInUnQ&t=48s; 0:27 a 4:53> / acessado em 01 abr 2021.

⁷MACEDO, Edir. Igreja Universal. Vídeo: “Qual qualidade o homem quer na mulher?”. 14 mar 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uSRjEhUs5OU; 43:25 min>. Acesso 01 abr. 2021.

do Estado, pois esta ajuda é vista como clientelismo político e forma de acomodação dos pobres para o trabalho (ALMEIDA, 2017).

A Igreja Universal, através de um modelo gestor do nascimento, “princípio ordenador fundamental na economia política da prosperidade” (TEIXEIRA, 2018), coloca a vasectomia como um ato de sacrifício necessário para seguir rumo a prosperidade. E se uma gravidez indesejada surgir no caminho, o aborto seria plenamente aceitável. Para Edir Macedo, é “preferível abortar do que ter a criança saudável, mas criando problemas para a sociedade”⁸. E, neste ponto, a Universal se distancia das demais vertentes evangélicas que não aceitam o aborto e se colocam frontalmente contra os ditames cristãos do catolicismo, que é contrário à utilização de contraceptivos. Mas como uma Igreja de ideias modernas, como ela se vê e pretende ser vista, a IURD, neste quesito, principalmente Edir Macedo, não renuncia à suas convicções. Segundo a referida tese da antropóloga Jacqueline Teixeira, embora essa ideia tenha sido menos reverberada por Macedo nos últimos anos, ela ainda é difundida e tida como ideal para que nada impeça a felicidade e a vida em abundância.

Na gestão da vida familiar, a IURD é clara: não ter filhos é melhor para o crescimento financeiro, além do que trazer uma criança para este mundo violento não seria racional. Estas formas de desenvolvimento do pensamento religioso se traduzem em políticas públicas como a adoção. O ato de adoção, dentro desta organização, é incentivado, afinal, na “economia política da prosperidade” a adoção é uma “medida de controle da criminalidade e da pobreza” (TEIXEIRA, 2018). É através destas concepções que a IURD se coloca ativa na modelagem das condutas morais dos indivíduos, e o faz utilizando-se de uma linguagem teológica, como explicou Teixeira (2018), não deixando margem para questionamentos que possam colocar o Estado como agente fundamental na implementação de tais políticas públicas, em conjunto com os movimentos populares.

À medida que o Estado torna-se apenas um aparato burocrático, vai se realizando toda a concepção neoliberal de Estado mínimo em seu estágio mais violento. A “engenharia social” (SAFATLE, 2020) realiza-se perfeitamente nos templos da IURD, através de insistentes processos de subjetivação postos em prática pelos rituais de testemunhos e confissões, que proporcionam uma intervenção direta na estrutura psíquica dos indivíduos. Incorporados os valores morais à economia, a família passa a gerenciar suas metas como um corpo uno, sem contradições e mantendo no núcleo familiar as

⁸Macedo, *apud* TEIXEIRA, p. 102, 2018.

relações hierárquicas de autoridade e submissão, estas entendidas como perfeitamente naturais (SAFATLE, 2020). Assim, quando os indivíduos conseguem melhorar financeiramente, mesmo que seja uma pequena melhora, veem isso como um sinal de que Deus está cumprindo a sua parte no acordo. Contaminados por uma visão dogmática e arrivista de mercado, não estabelecem, muitas vezes, uma relação entre decisões políticas e seus reflexos na sociedade.

Neste ponto deve-se observar que governos progressistas como o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) criaram políticas públicas, como o acesso ao crédito e o aumento do salário-mínimo, que favoreceram o aumento da renda da população pobre e os colocaram em evidência. Estes “novos batalhadores” (SOUZA, 2012) penetram na sociedade do consumo, pois “havia um mercado – e agora também um governo dizendo que todos podiam consumir” (MACHADO E SCALCO, 2018). Contudo, a sociedade brasileira, profundamente racista, violenta e desigual, não admitiu a inclusão. Tal fato é constatado pela antropóloga Rosana Pinheiro Machado, que estudou o fenômeno dos “rolezinhos”, que embora não representassem uma ação coletiva antirracista, acabaram por ser objeto do medo disseminado em uma sociedade estratificada de modo quase estamental acostumada a ter os lugares bem demarcados no uso da cidade.

Sendo assim, a agenda lulista também se mostrou ligada ao individualismo e ao consumo e não à mobilização coletiva, como pensam alguns analistas (MACHADO e SCALCO, 2018). E “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural e econômico (...), mas desprovida das pré-condições sociais, morais e culturais” (SOUZA, 2012, p. 25 *apud* LAHUERTA), ao enfrentar uma crise econômica no país, não luta para proteger seus direitos sociais. Tendo já incorporado a ideologia neoliberal do empreendedorismo e das batalhas individuais, não percebe a armadilha, visto que, agora, o discurso da economia moral, já mencionado, e da política da prosperidade, servem de guia para a mudança de vida.

É desta forma que um governo neoliberal de extrema direita como de Jair Bolsonaro se coloca na cena política e na vida desses indivíduos evangélicos. Tendo todo o apoio de Edir Macedo, líder da IURD, os fiéis iurdianos terão Deus e Bolsonaro como salvação para uma vida que se mostra indigna em virtude das diferenças de oportunidades e desigualdades (MACHADO e SCALCO, 2018). Mas, para Macedo, a união com um Presidente evangélico é a alavanca para projetos políticos de poder que estavam sendo gestados desde a fundação da Igreja Universal e que tratarei mais detalhadamente adiante.

3- Edir Macedo e o poder político

Edir Bezerra Macedo é um fluminense que orbitou do catolicismo a umbanda até tornar-se evangélico aos 18 anos de idade. Em 9 de julho de 1977, no Rio de Janeiro, fundou a Igreja Universal do Reino de Deus juntamente com seu cunhado, o pastor R.R. Soares. Assumindo a liderança da igreja, separa-se de Soares em 1980 e “em menos de três décadas transforma-se no mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso no país(...) atuando de forma destacada no campo político e na mídia eletrônica” (MARIANO, 2004, p. 125).

Com um crescimento de 2.600% entre 1980 e 1989, a IURD, já na década de 1990, era presença em todo o território nacional, e foi além: alcançou mais de oitenta países. E, desde o início, Macedo via na evangelização eletrônica um forte meio de divulgação de seus dogmas ao iniciar o programa evangélico na Rádio Metropolitana. Contudo, Macedo apareceu na imprensa, na década de 1990, não pelo seu dom discursivo, mas por utilizar “métodos heterodoxos de arrecadação, vilipêndio a culto religioso, agressão física contra adeptos dos cultos afro-brasileiros (...) e a surpreendente compra da Rede Record por 45 milhões de dólares” (MARIANO, 2004, p. 125). Chegando a ser preso em 1992, por onze dias, ao ser solto logo tratou de acusar seus algozes (a Rede Globo e a Igreja católica) de perseguição religiosa e afastou-se do Brasil por um tempo, mantendo-se na filial iurdiana dos Estados Unidos.

Recuperando-se da imagem negativa e tratando de manter seu empreendimento religioso, como explica Mariano (2004), o líder da Universal divide o poder eclesiástico para que não se forme poderes que possam suplantá-lo e, a fim de evitar um cisma, criou três instâncias hierárquicas: o Conselho Mundial de Bispos, o Conselho de Bispos do Brasil e o Conselho de Pastores, todos concentrados em um governo verticalizado que coíbe a autonomia de pastores – estes são transferidos constantemente de ministérios, não são escolhidos pelos fiéis e não gerenciam os recursos que são arrecadados no local. Há apenas um líder: Edir Macedo.

Nesse sentido, cumpre destacar que o governo episcopal tal como exercido pela igreja reforça a unidade e a coesão denominacional, dinamiza o processo decisório, agiliza a transmissão das ordens superiores e a realização dos trabalhos administrativos, organizacionais e de evangelismo, permite centralizar a administração dos recursos coletados e fazer investimentos caros e estratégicos, como a abertura de novas congregações e frentes de evangelização, a construção de templos de grande porte, a compra de emissoras

de rádio e TV, a criação de gravadoras, de editoras e de outros empreendimentos (MARIANO, 2004, p. 126).

Como logo percebeu Macedo, para atingir seus objetivos de poder e hegemonia religiosa, o conhecimento teológico não importava. A Faculdade Teológica Universal do Reino de Deus (FATURD) teve vida curta. Para Macedo, ela era mais que uma perda de tempo uma vez que prejudicava o foco do pastor no que diz respeito aos interesses dos fiéis e tomava o tempo em estudos, o que prejudicariam sua fé. Macedo então escreveu *A libertação da teologia*, onde afirmou que o “cristianismo [era] de muita teoria e pouca prática; muita teologia, pouco poder; muitos argumentos, pouca manifestação; muitas palavras, pouca fé” (MACEDO, s/d, pp. 11 e 128 *apud* MARIANO, 2004), o que não ajuda os pastores a atingirem bons resultados nem na captura de fiéis ou na arrecadação financeira. Portanto, há apenas um curso rápido, com duração de apenas alguns meses, no qual se conhece tão somente os princípios básicos do cristianismo e, claro, do funcionamento da Igreja Universal. Para aqueles que desejam alçar voo na profissão é necessário dedicação exclusiva e empenho na função e, o mais importante, boa habilidade para coletar o dízimo. Para isso, seguir os pastores mais experientes é essencial. Progredir dentro e fora da igreja é sinal de bênção divina e exemplo para os demais fiéis.

O modelo de organização e gestão empresarial da Igreja Universal, como já mencionado, é reflexo de nosso momento histórico: tudo é mercadoria, inclusive o fiel. E Macedo logo percebeu que, para atingir seus ambiciosos objetivos, a política era um campo importante de atuação. Assim, dedicar-se às campanhas eleitorais e à formação de uma bancada evangélica no Congresso Nacional seria uma estratégia essencial. Tal objetivo se mostrou frutífero. Atualmente, o Partido Republicanos, cujo presidente é o bispo Marcos Pereira, membro da IURD, mantém uma linha de trabalho conservadora nos costumes, com foco na família, e “liberal na economia”, como ele próprio se define.⁹

O Republicanos elegeu, em 2016, 106 prefeitos, 143 vice-prefeitos, 1.621 vereadores, 32 deputados federais e um senador. É o décimo maior partido do país e o maior do estado do Amazonas, possuindo mais de 487 mil filiados¹⁰. Além disso, o bispo Pereira também foi, de 2019 até fevereiro de 2021, vice-presidente da Câmara dos Deputados. Com sede nacional em Brasília e possuindo uma área de mais de 6 mil metros quadrados, o prédio do Partido também abriga as instalações da Fundação Republicana

⁹Site <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/>. Acessado em 03 abr. de 2021.

¹⁰*Idem*.

Brasileira, Faculdade Republicana, Mulheres Republicanas, Jovens Republicanos e o Republicanos DF.

Jaqueline Teixeira (2018) nos revela também que, desde o final de 2012, observava-se um “modelo de política de transnacionalização”, com projetos de intervenções políticas em âmbito nacional, assim como em alguns países do continente africano e alguns países da Europa. Em um livro escrito por Edir Macedo e Carlos Oliveira (jornalista do jornal “Hoje em Dia”, de Belo Horizonte), publicado em 2008, *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política* – já se pode vislumbrar os desejos da IURD no cenário político “ao abordar temas como o perfil estadista de Deus no Antigo Testamento, o conceito moderno de cidadania, ética e as bases de gestão para um projeto de nação” (TEIXEIRA, p.34). Utilizando-se de textos dos filósofos Aristóteles, Rousseau, Hobbes, Maquiavel, pretendeu uma emancipação política e a construção de um grande projeto de nação - tendo como referência a atuação de parlamentares evangélicos no período da formulação da Constituinte, na década de 1980 (“irmão vota em irmão”, esse era o lema).

Para se consolidar, tal projeto de nação necessitou trabalhar com as categorias “governo” e, principalmente, “família” e, sobre essa última categoria, fazer incidir questões de gênero, sexualidade, posições hierárquicas, enfim, a gestão da família, que se mostrou fundamental na construção dos sujeitos que iriam formar a grande nação teocrática iurdiana, com um “regime de governo no qual Deus estaria na gestão da vida” (TEIXEIRA, p.37). Para Macedo, a democracia pode ser a ruína, posto que muitos podem gerir o governo. Contudo, uma coisa para o bispo é certa: “cristãos fazem parte de um grande projeto político” (MACEDO e OLIVEIRA *apud* TEIXEIRA, 2018).

Durante o percurso de Macedo à frente da IURD, ele sempre se mostrou determinado e ambicioso. O dinheiro, para ele, “possibilita atingir determinado ponto na escala de poder, o qual só pode ser superado por meio da política”, é o que escreve Gilberto Nascimento no livro *O Reino: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal* (2019). Conforme um de seus entrevistados, o ex-cantor da IURD Ronaldo Dinini, a estrutura centralizadora que Macedo criou na IURD foi copiada da Igreja católica, porém com o poder sendo apenas de seu líder – estrutura e concentração que nem o papa conseguiu. Desta maneira, não se deve fragmentar, como ocorreu com a

Igreja católica e o que produziu diversas ordens religiosas. Esta divisão, para Macedo, representa “um braço direito e outro esquerdo”, que criam tensões e dificultam a gestão¹¹.

Desde 1989, tendo apoiado Fernando Collor à presidência, Edir Macedo manteve-se sempre ligado aos presidentes que governaram o Brasil. Porém, no período dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), os deputados iurdianos eram distribuídos “em diferentes partidos para alcançar melhor poder de barganha política” (ORO, 2003), além do que nos cultos dominicais, a partir de 2002, os nomes dos candidatos da igreja que iriam participar do pleito eram divulgados para a conscientização e o direcionamento dos votos. Com grande racionalidade a Universal chegava a distribuir seus candidatos segundo regiões ou cidades, assim poderiam ser apoiados por igrejas locais, mas a “escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo seus próprios cálculos e interesses” (ORO,2003). Desta maneira, a IURD foi conseguindo engrossar a bancada evangélica até a formação de um partido que fosse genuinamente iurdiano, como o Republicanos.

No cenário político, o que se pode dizer atualmente da Igreja Universal é que ela conseguiu se colocar com maestria. Basta notar a grande participação de políticos em eventos promovidos pela igreja como na inauguração do Templo de Salomão, em 31 de julho de 2014. A presença da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer, seu vice e depois presidente (2016-2018), foi significativa, além de outros políticos como à época o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (mandato), e o prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Também o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, o presidente do Superior Tribunal Militar, Elizabeth Teixeira Rocha, o diretor da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, o cônsul-geral de Israel, Yoel Barnea, além de diversos outros governadores, deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos. O complexo de quase 74 mil metros quadrados de área construída, na região do Brás, é uma réplica do Templo de Salomão narrado na Bíblia e possui 10 mil lugares, tendo custado cerca de 680 milhões. O Templo figura hoje como cartão postal da cidade de São Paulo.

Seguindo em seu passo político, Edir Macedo foi assentando-se ao lado de chefes de estado de acordo com seus interesses. Mas foi nas eleições de 2018 que ele realizou o grande feito de unir sua ideologia religiosa e seus objetivos de poder a um presidente que

¹¹Trecho do livro de Gilberto Nascimento pode ser localizado em <https://apublica.org/2020/01/o-socio-deus/> .

abraçou a religião evangélica. Jair Messias Bolsonaro, mesmo antes de vencer as eleições, havia sinalizado para as pautas dos costumes, assim como havia construído um vínculo com os evangélicos ao batizar-se no rio Jordão e ao colocar como principais referências a seguir a Bíblia e o Cristianismo. Tal atitude fez com que ele conquistasse, segundo Pesquisa Datafolha de outubro de 2018, 21.595.284 de votos evangélicos.

Agora, com o apoio dado a Bolsonaro, principalmente através da Rede Record, Edir Macedo tende à uma “relação mais orgânica” (ALMEIDA, 2019) do que conseguiu obter com os presidentes anteriores e buscará unir a família Universal ao poder de Estado. Afinal, ao criar uma igreja com uma “tecnologia de governo de população” (TEIXEIRA, 2018) assentada na Teologia da Prosperidade, que impulsiona o neoliberalismo através do mote da vida em abundância e do governo de si mesmo, Edir Macedo pretende realizar o “plano de poder” divino com pretensões a criação de uma nação cristã, que só se tornaria real com sua representação política no Estado.

E, nas palavras de Macedo, esse projeto só não se constituiu ainda por falhas dos agentes que receberam a incumbência, assim, deve-se ter ações bem coordenadas, conscientização política e estratégia. E, deixando claro que este projeto não se limita a um único Estado, afirma:

Equívocam-se os que presumem que a conclusão do projeto de nação já tenha se concluído através da criação do Estado de Israel. Israel representa uma célula de tudo o que está planejado para acontecer. A promessa de Deus feita ao patriarca Abraão denuncia Sua intenção, ao dizer que o colocaria por pai de numerosas nações (MACEDO e OLIVEIRA, 2008, p.71, *apud* LEITE, 2019, p. 74).

4. Considerações Finais

Ao longo desta análise procurei demonstrar como as relações sociais que marcaram a construção da nação brasileira, baseado em um violento sistema escravocrata, foram sendo absorvidas pela modernidade, reconfigurando-se através de políticas neoliberais que penetraram no país.

O que tentei evidenciar é que a base dessas relações hierárquicas históricas não se alteraram. Todo o racismo e o preconceito étnico e seus resultados econômicos ainda persistem e, ao transpassar a sociedade brasileira em meio às mudanças contemporâneas do processo de acumulação de capital, o neoliberalismo, torna esta sociedade ainda mais desigual e violenta. Os discursos psicológicos e morais que foram utilizados para a

proliferação desta política obtiveram um grande impulso através de sua face teológica, a “Teologia da Prosperidade”, disseminada por pastores, bispos e fiéis evangélicos neopentecostais e, principalmente, pela Igreja Universal do Reino de Deus, em seus cultos e em veículos midiáticos de televangelização.

Com um discurso de mercado, do “faça você mesmo”, esta Igreja mobiliza seus fiéis, que são em grande medida formados por pretos e pardos das camadas mais pobres da população e os que mais necessitam de políticas públicas em áreas como saúde, educação e renda mínima, para uma forma de trabalho precarizado e um modo de interpretação da realidade social que culpabiliza o indivíduo pelo seu fracasso. Cria-se assim, um novo sujeito histórico, um indivíduo batalhador, que se afasta do coletivo e tenta transformar toda a sociedade em uma empresa e a família como gestora e propagadora de relações hierárquicas e heteronormativas, com grande intolerância às religiões de matriz africana.

Neste sentido, Edir Macedo soube conduzir seu empreendimento religioso e livremente, sem interferência de governos anteriores, chegar mais perto do que antes chegara de um relacionamento mais orgânico com um presidente da República. Assim como oferecer à uma parcela da população marginalizada uma alternativa ao abandono, através de um discurso conservador e empreendedor, conseguindo alavancar uma robusta oferta de dízimo.

O que observa-se na sociedade, com tal tecnologia produtora de modelagem de sujeitos (TEIXEIRA, 2018), é uma retração da esfera pública quanto a direitos sociais e uma consciência aos indivíduos de que a única alternativa está em Deus, no caso em questão o Deus iurdiano, ou o apoio entre os “irmãos” de fé. Acirram-se, assim, as tensões sociais, amplia-se a despolitização, tornando o difícil processo democrático ainda mais frágil e vulnerável. O que se torna nítido no atual quadro de pandemia por Covid-19, com a população preta e parda e os pobres em geral sendo os mais atingidos pela doença e os que mais estão morrendo, vítimas do descaso, da falta de atendimento e pela inoperância do governo federal na compra de vacinas. Sendo assim, como disse certa vez Millôr Fernandes, “O Brasil tem um enorme passado pela frente”.

Referências

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, José Claudio Souza. “Violência e Religião na Baixada Fluminense: Uma proposta teórica metodológica”. Revista Rio de Janeiro, n. 8, p. 59-82, 2002.

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. “O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro”. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 57-82, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1988.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira; KOURYH, Jussara Rocha. “Religiões Afro-Brasileiras: perseguições antigas e novas”. Revista de Teologia e Ciência da Religião da Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, v. 5, p. 161-177, 2015.

DARDOT Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1ª ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2014 [1936].

LEITE, Luiza Chuva Ferrari. O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, em 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31761>.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. “Ethos "emergente": as pessoas, as palavras e as coisas”. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 13, n. 28, pág. 175-202, 2007.

_____. ““Trabalho”, “mudança de vida” e “prosperidade” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus”. Relig. soc., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 132-155, 2007.

MACHADO, Rosana Pinheiro, SCALCO, Lucia Mury. “Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo”. CADERNOS IHU IDÉIAS (UNISINOS), v. 16, p. 3-15, 2018.

MACEDO, Edir. “Edir Macedo diz que a mulher não deve estudar mais do que o marido”. Postado por Izaque Martins em 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EZs59KInUnQ&t=48s>. Acessado em 01 de abril de 2021.

_____. “Qual qualidade o homem quer na mulher?”. Igreja Universal, postado em 14 de março de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uSRjEhUs5OU>. Acesso em 01 de abril de 2021.

MARIANO, Ricardo. “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

_____. “Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais”. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, vol. 3, n. 1, junho, 2003, pp. 111-125.

NASCIMENTO, Gilberto. O Reino, trecho do livro disponibilizado pela Agência Pública em O sócio de Deus, de 27 de jan. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/01/o-socio-de-deus>. Acessado em 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. *Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in) tolerância*, 2014. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>. Acesso em 01 abr 2021.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo (2018), “A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVI, pp. 51-69 DOI: 10.21747/08723419/soc36a3.

ORO, Ari Pedro. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/TCC%20FESP/Artigos%20TCC%20em%20estudo/Po1%C3%ADticos%20ligados%20a%20IURD%20ORO.pdf>. Acesso 21 de abr. 2021.

QUADROS, Waldir. *Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990*. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643077/10629>. Acesso em 20 Mar 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Global, 2015.

Ravasi, Gianfranco. *A Teologia da Prosperidade*. Artigo publicado em 21 de julho de 2019. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590959-a-teologia-da-prosperidade>. Acesso em 22 de março de 2021.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva & DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*, São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. São Paulo, Estação Brasil, 2019.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de doutorado defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo.